



Uma publicação do



SINDICATO DOS METROVIÁRIOS SP

✉ sindicato@metroviarios-sp.org.br

f /MetroviariosSP

📺 /Metroviarios_SP

ASMs mobilizados

Metrô tenta precarizar a Segurança para facilitar privatização

O Metrô decidiu implementar mudanças nas atividades dos ASMs determinando atendimento na linha de bloqueio, que é feito pelos OTMs. Essa medida provoca aumento nas atribuições dos trabalhadores e coloca a população e trabalhadores em risco. A Cia., que ameaça punir quem não assumir as funções, precisa garantir a segurança no transporte e contratar mais funcionários



Foto: Arquivo/Sindicato

A empresa resolveu piorar as condições de trabalho dos ASMs e atribuir funções da linha de bloqueio, como verificação de irregularidades em bilhetes, condução de PCDs entre outras desempenhadas pelos OTMs. Por isso os Seguranças estão se mobilizando para evitar o acúmulo de atividades que podem colocar em risco as pessoas no transporte.

A defasagem do número de funcionários no metrô é um problema que a categoria enfrenta há anos. Se na década de 1990, quando o metrô tinha cerca de 9.200 funcionários para atender 1,2 milhões de usuários por dia, hoje a categoria é composta por aproximadamente 8.500 metroviários para os mais de 4 milhões de passageiros (em condições normais)

diariamente. Os Seguranças são frequentemente alvos de agressões e violência.

O quadro de trabalhadores está ainda mais reduzido na pandemia por conta do afastamento do grupo de risco. Com a flexibilização da quarentena, a demanda no metrô aumentou e exige o aumento de efetivo para dar conta das necessidades. O Sindicato já realizou inúmeras denúncias e mantém campanha permanente pela contratação de mais funcionários por meio de concurso público.

O governo Doria intensifica a precarização para tentar impor a privatização. O Sindicato repudia as práticas da empresa e presta solidariedade aos ASMs. **É preciso lutar e resistir frente aos ataques.**

Categoria aprova Acordo de Compensação e contribuição da Campanha

Em assembleia realizada entre os dias 20 e 21/8, os metroviários aprovaram com 76,52% dos votos a renovação do Acordo de Compensação de Horas, que terá validade por 2 anos.

A categoria aprovou também, com 64,2% dos votos, uma contribuição para os gastos da Campanha Salarial de 0,4% entre os meses de dezembro de 2020 e março de 2021. Durante esses meses, a mensalidade sindical passará de 1,3% para 1,4% sobre o salário-base.

Mais uma vez os trabalhadores demonstraram solidariedade e firmeza na luta em defesa dos direitos.

Participe da Setorial Unificada da Segurança Nesta QUARTA-FEIRA (26/8), às 10h e às 16h

▶ Pauta: Plano de Garreira, equiparações, acúmulo de atividades e outros. Para participar acesse pelo Skype: <https://join.skype.com/v2EwHjMmqxu9>

Sindicato reivindica pagamento da PR

A empresa não pagou a segunda parcela da Participação dos Resultados (PR) para os trabalhadores da ativa e nenhum centavo para os metroviários que saíram no PDV. O julgamento do dissídio da Campanha Salarial de 2019 garantiu que a PR já deveria ter sido paga e uma cláusula de paz na Justiça estabeleceu a retomada das negociações



O Metrô alega que depende de acordo com o Sindicato para fazer o pagamento, no entanto a entidade enviou diversas cartas (a mais recente no dia

25/8), manifestou em reuniões e nos materiais, como o Bilhete 613 de 6/4, a disposição em negociar e estabelecer acordo para o pagamento da PR.

A categoria não aceita ficar

sem o pagamento do direito conquistado pela luta dos trabalhadores. Vamos cobrar a empresa para a conclusão das negociações e realizar o pagamento da PR.

PL 529 ataca serviço público

O governador Doria enviou, em 12/8, o Projeto de Lei (PL) 529 à Assembleia Legislativa. O PL prevê a extinção de mais de 10 fundações e autarquias, entre elas aquelas que cuidam da saúde da população, justamente num momento de pandemia, e ataca também o transporte, a habitação popular, a pesquisa científica e as universidades.

Entre elas estão a EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos), a FURP (Fundação para o Remédio Popular), CDHU, Instituto



Florestal e FOSP (Fundação Oncocentro de SP).

No PL também consta o aumento das contribuições dos servidores para a sustentação do Iamspe (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual).

Precisamos reagir a esse desmonte do Estado, no qual o governo diminui a importância de vários órgãos públicos e de seus profissionais que prestam serviços à população.

Ato contra o PL na Alesp

A Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, formada por entidades dos servidores, Centrais e movimentos, está organizando várias atividades contra o PL 529. Entre elas, um ato na escadaria da Assembleia Legislativa com carreata e buzinaço. Haverá tuitaço com a hashtag **#NãoAoPL529**.

▶ Ato no dia 26/8 (quarta-feira), às 13h, na escadaria da Assembleia Legislativa, com carreata e buzinaço. Participe!
Tuitaço, das 13h às 15h, com a hashtag #NãoAoPL529.